

Acritica
18/7/98 AS
92

Unesco propõe indicação do rio Amazonas

O rio Amazonas recebeu indicação para patrimônio mundial pelas reservas biológicas, núcleos históricos e paisagens contidos em sua bacia

Euzivaldo Queiroz - 8/fev/96

Naira Araújo

O encaminhamento da candidatura do corredor natural-cultural como instrumento de integração do conjunto formado pelos parques, reservas ecológicas, áreas indígenas, núcleos históricos e sítios arqueológicos e paisagens contidas na bacia do rio Amazonas à inscrição na lista do patrimônio mundial da Unesco foi uma das propostas do seminário internacional "O Patrimônio Cultural dos Países Amazônicos". Cada país deverá fazer as delimitações das áreas específicas que poderão concorrer ao título da Unesco.



que as propostas estabelecidas na "Declaração de Manaus" devem ser efetivadas apenas no início do próximo século. "A candidatura à lista da Unesco é um processo lento, que depende de uma série de medidas a serem adotadas pelos países interessados". Ele lembrou que o primeiro fator para o reconhecimento da Unesco é a vontade e o interesse do país, estado e cidade onde o bem está localizado, em preservar o patrimônio.

"Para se ter uma idéia, a cidade mineira de Diamantina lutou durante um ano para se candidatar e só agora no final de 1998 deve receber o título da Unesco", disse Cyro. Ele revelou que no caso do corredor natural-cultural da bacia do rio Amazonas a situação é mais complexa. "Além da imensa área territorial, o corredor envolve vários países. Não é só uma cidade, são vários parques, reservas, sítios arqueológicos e centros históricos".

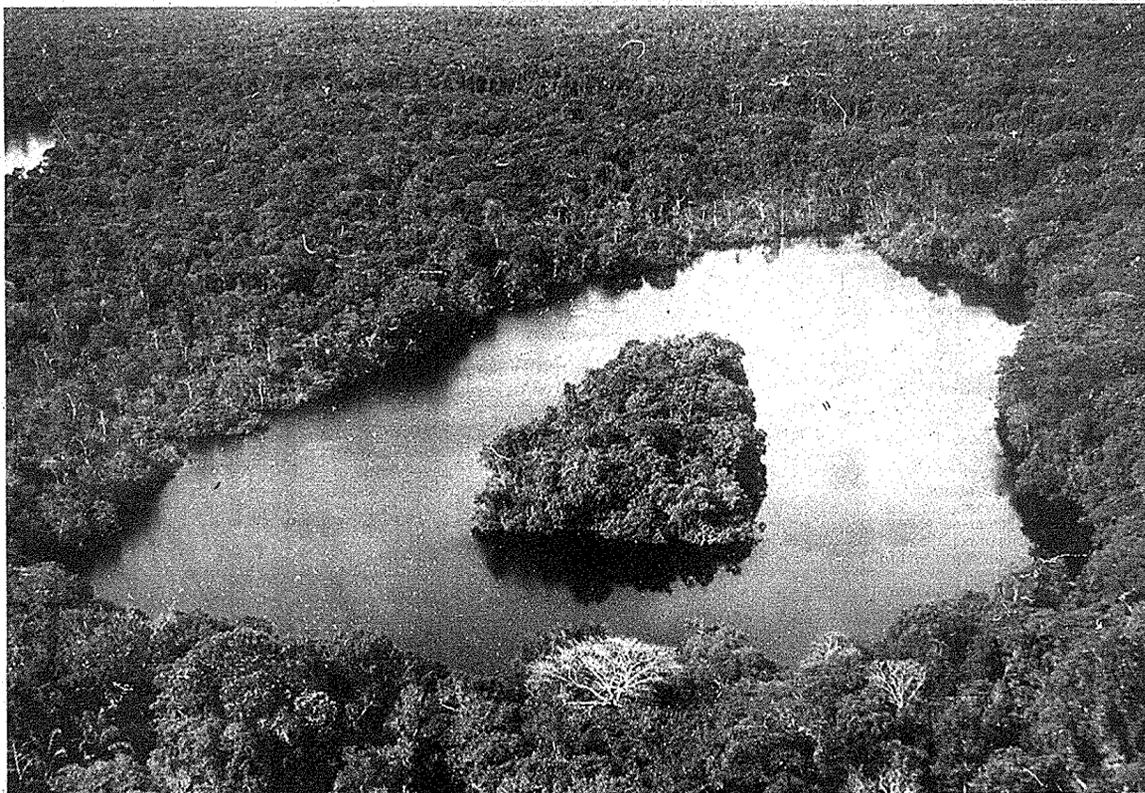
Cyro destacou que é preciso haver um interesse dos governos dos países amazônicos em desenvolver programas de inventariação para o conhecimento do patrimônio da Amazônia. "Estamos partindo da área total da região, que são 7,5 milhões de quilômetros quadrados. Pela impossibilidade de candidatar toda a extensão da Amazônia na Unesco, os países deverão fazer as delimitações específicas".

De acordo com Cyro, o título de patrimônio mundial da Unesco traz vários benefícios. "O bem escolhido ganha reconhecimento internacional, a Unesco exerce uma fiscalização para garantir a preservação. Há um incremento no turismo". Ele explicou que no caso de uma catástrofe, há uma mobilização de apoio internacional. Segundo ele, a Unesco não costuma prestar uma ajuda financeira. "Isso só acontece eventualmente. A Unesco não é um órgão rico e são muitos os bens da humanidade".

Na palestra de encerramento, ontem no Hotel Tropical, os representantes do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos) e especialistas em preservação elaboraram a "Declaração de Manaus", que será incluída na "Agenda 21" da Unesco e apresentada na próxima reunião internacional do Icomos, marcada para 1999, no México.

No documento, os especialistas ressaltaram a responsabilidade das autoridades públicas e das instituições culturais dos países amazônicos pelo destino do patrimônio cultural do território e a necessidade da participação efetiva das populações no reconhecimento e valorização desse patrimônio para a garantia da sustentabilidade de uma política preservacionista. Eles consideraram também o insuficiente conhecimento das dimensões, peculiaridades e valores do patrimônio, tanto por parte das instituições quanto das populações.

O coordenador-geral do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Cyro Illídio Lira, ressaltou



Devido à grande extensão da Amazônia (7,5 milhões de metros quadrados), foi impossível candidatar toda sua área na Unesco

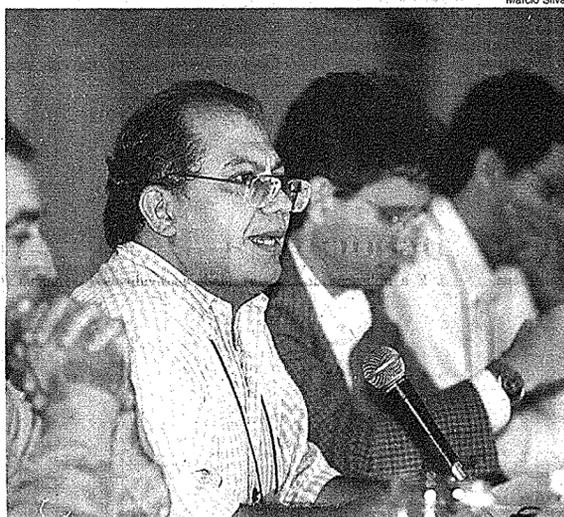
'Amazônia é vital para vida do homem'

Para o presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), Vicente Nogueira, a preservação do patrimônio cultural-natural da Amazônia não pode ser incompatível ao desenvolvimento das populações que vivem nos países amazônicos, Brasil, Peru, Bolívia, Venezuela e Equador. "A preservação tem que ser feita também em prol dos habitantes". Ele participou ontem da palestra "A Amazônia como Patrimônio da Humanidade".

Nogueira comparou a importância da Amazônia para o planeta como a de um órgão vital para o corpo humano. "A terra faz parte desse ser vivo que é o planeta. E a Amazônia é um órgão fundamental desse ser vivo". Segundo ele, a região tem a mesma importância do coração, do cérebro ou do fígado para o homem. Ele disse que a Amazônia é considerada patrimônio da humanidade pelos serviços ambientais que presta à humanidade.

"Mas a Amazônia não é só riqueza natural e diversidade biológica, é abrigo e lar para 17 milhões de habitantes que vivem nos países amazônicos", ressaltou Nogueira. Ele afirmou que o preocupação do mundo com a preservação da região se restringe aos serviços ambientais prestados ao planeta. "As necessidades sociais dos habitantes da Amazônia também devem ser incluídas nessa preocupação".

De acordo com Nogueira, as discussões devem considerar que é da floresta amazônica que os moradores extraem os recursos para sua sobrevivência. "É claro que a extração nem sempre acontece de forma adequada". Ele citou o desmatamento como um dos exemplos do extrativismo inadequado. "Convivemos aqui com o desmatamento decorrente da miséria e com a poluição originada da ganância. O nosso desafio é buscar políticas governamentais de convergência entre economia e ecologia".



Márcio Silva

Nogueira: "Preservação também deve ser em prol dos habitantes"

Região tem perfil da Unesco

Vicente Nogueira ressaltou que a Amazônia se encaixa perfeitamente no conceito de patrimônio da humanidade da Unesco. "A missão da Unesco, ao conceder o título, é proteger as propriedades naturais e culturais de valor excepcional para a humanidade. Dentro dessa perspectiva, a Amazônia pode ser considerada patrimônio da humanidade por sua essencialidade".

Segundo o presidente do Ipaam, diante da impossibilidade de concessão do título a toda a extensão da Amazônia, é preciso a delimitação de áreas específicas. "Dentro da Amazônia brasileira, temos 180

áreas que já são protegidas pelos governos federal e estaduais". No caso do Amazonas, Nogueira citou as unidades de conservação que ficam localizadas na área central do estado: o parque nacional do Jaú e as reservas de desenvolvimento sustentável Mamirauá e Amanã, que juntas somam 5,97 milhões de hectares.

"As três unidades de conservação são de excepcional valor ecológico", ressaltou Nogueira. Ele disse que a reserva de Mamirauá é um exemplo de utilização adequada dos recursos naturais. "Mamirauá seria um excelente candidato à designação da Unesco".

Editoria de Arte: AC

Política integrada valoriza lado humano

O presidente do Ipaam, Vicente Nogueira, disse que a preservação, com o caráter de intocabilidade, não é o foco principal da política brasileira para a Amazônia. Ele explicou que o governo brasileiro se esforça para promover uma política de desenvolvimento sustentável.

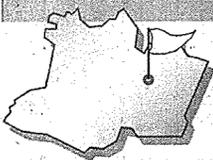
Nogueira ressaltou que a partir de 1995 houve uma mudança na concepção das políticas para a Amazônia. "O marco foi a criação do Conselho Nacional da Amazônia Legal, que gerou a política

nacional integrada". Ele disse que o objetivo central da política integrada é a valorização humana e social, pensada através de duas estratégias: a integração interna e externa e a reorientação do crescimento econômico.

"Fazem parte da integração interna e externa, o governo propõe a elaboração do zoneamento econômico-ecológico, a energia (gás natural de Urucu e linha de transmissão de Tucuruí), as telecomunicações (telefonia e educação à distân-

cia), o transporte multimodal (hidrovia do Madeira e Araguaia-Tocantins, pavimentação da BR-174) e a proteção e vigilância (Sivam, Lei de Crimes Ambientais)", explicou Nogueira.

De acordo com o presidente do Ipaam, dentro do objetivo de reorientação do crescimento econômico, estão previstos vários programas como o Proecotur, que visa o desenvolvimento do turismo, e o Proebem, que pretende criar em Manaus um centro de biotecnologia.



Os participantes do seminário internacional "O Patrimônio Cultural nos Países Amazônicos", reunidos, de 14 a 17 de julho declaram: Considerando

- A singularidade e excepcionalidade do patrimônio cultural da Amazônia.
- A responsabilidade das autoridades públicas e das instituições culturais da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, pelo destino do patrimônio cultural desse território de, aproximadamente, sete milhões e meio de quilômetros quadrados, constituído pela bacia do Amazonas.
- A consubstancialidade e indissociabilidade das questões de meio ambiente e de cultura que envolvem o patrimônio do corredor natural e cultural da bacia do rio Amazonas.
- A inter-relação das expressões materiais e imateriais da vertente cultural desse patrimônio.
- O insuficiente conhecimento das dimensões, peculiaridades e valores desse patrimônio, não só por parte das instituições como pelas populações locais.
- O reconhecimento da admirável convivência da população autóctone com a natureza, como um dos principais valores do patrimônio intangível da região.
- A existência de um número considerável de parques, reservas ecológicas e resguardos indígenas, administrados pelo governo das nações envolvidas.
- A necessidade imperiosa da participação efetiva das populações no reconhecimento e valorização desse patrimônio para garantia da sustentabilidade de uma política preservacionista.
- A necessidade de se desenvolver um turismo controlado, a serviço do conhecimento, salvaguarda e difusão dos valores amazônicos com respeito às culturas de seus habitantes.
- A necessidade de um esforço conjunto e integrado dos países envolvidos para a identificação, proteção, recuperação e difusão desse patrimônio.

Decidem:

- 1 - Propor às autoridades governamentais dos países envolvidos o estabelecimento de instrumentos de consultas permanentes entre os ministérios de Meio Ambiente e de Cultura, para ações integradas de preservação do patrimônio da Amazônia, com a participação ativa dos correspondentes comitês nacionais do Icomos.
- 2 - Propor às autoridades governamentais dos países envolvidos o desenvolvimento de um programa em caráter prioritário, de inventariação para conhecimento do patrimônio da Amazônia, em todas as suas vertentes.
- 3 - Propor aos comitês nacionais do Icomos, aqui reunidos, que assumam a responsabilidade, do desenvolvimento, no âmbito dos comitês científicos pertinentes, de um projeto integrado, de caráter regional, de proteção do patrimônio da Amazônia.
- 4 - Apoiar as iniciativas das primeiras jornadas Ibero-Americanas de Icomos, realizada em La Rioja (Espanha, 1996), de criar um Comitê Científico Internacional de Patrimônio e Meio Ambiente.
- 5 - Encaminhar às autoridades governamentais dos países envolvidos proposta de apresentação da candidatura à inscrição na lista do patrimônio mundial da Unesco, do corredor natural-cultural, como instrumento de integração do conjunto formado pelos parques, reservas ecológicas, resguardos indígenas, núcleos históricos, sítios arqueológicos e paisagens contidas na bacia do rio Amazonas, sob a supervisão científica dos comitês nacionais, do Icomos, dado seu caráter de organismos consultivos e avaliadores da Unesco.